

Os documentos como provas da história da sociedade, das suas contradições, conflitos e movimentos que influenciam as ações educacionais

Nadia Bigarella

Alessandro Gomes Lewandowski

Resumen

Este trabajo discute la relevancia de las fuentes documentales en el desarrollo de investigaciones en las áreas de las Ciencias Sociales y Humanas. A través de una investigación bibliográfica, se buscó mostrar la importancia de los documentos con connotación de prueba, en las investigaciones de realidades históricas y concretas, ya que éstos pueden revelar las intencionalidades, acciones, relaciones, intereses y decisiones de seres humanos, en determinado tiempo y espacio. Así, se puede inferir que la investigación documental se refiere a un debate entre el investigador, los documentos y la realidad histórica en la que éste fue producido.

Palabras clave: investigación documental, pruebas históricas, realidad histórica.

Autores

Nadia Bigarella

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado Universidade Católica Dom Bosco, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GPESE). E-mail: nadiabiga@hotmail.com

Alessandro Gomes Lewandowski

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GPESE). E-mail: advaglew@gmail.com

Abstract

This article discusses the relevance of documentary sources in the development of research in the Social and Human Sciences areas. Through a bibliographic research sought to show the importance of the documents as a connotation of proof, in the investigation of historical and concrete realities, as these may reveal the intentionality, actions, relationships, interests and decisions of human beings in a given time and space. Thus, it can be inferred that documentary research refers to a debate between the researcher, the documents and the historical reality in which it was produced.

Keywords: documentary research, historical evidence, historical reality.

Resumo

Este trabalho discute a relevância das fontes documentais no desenvolvimento de pesquisas nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se mostrar a importância dos documentos com conotação de prova, nas investigações de realidades históricas e concretas, uma vez que estes podem revelar as intencionalidades, ações, relações, interesses e decisões de seres humanos, em determinado tempo e espaço. Assim, pode-se inferir que a pesquisa documental se refere a um debate entre o pesquisador, os documentos e a realidade histórica na qual este foi produzido.

Palavras-Chave: pesquisa documental, provas históricas, realidade histórica.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas considerações teórico-metodológicas a respeito da pesquisa documental, buscando entender os documentos como provas da história da sociedade, das suas contradições, conflitos e movimentos que influenciam as ações sociais e humanas. Nesse sentido, o documento comprova fatos, acontecimentos e revela as circunstâncias históricas de seres humanos, membros do grupo dirigente, responsáveis pelo gerenciamento administrativo da instituição, pois, centrados na organização do locus físico, são os dirigentes que estabelecem os cargos, as tarefas e as rotinas diárias de todas as instâncias que integrem o mesmo processo estrutural¹.

Os documentos também divulgam a dimensão interacional de uma decisão social. Trazem a público os acordos fundados na ordem da interação de grupos hegemônicos, e, geralmente, os consensos entre os pares resultam na configuração mais explícita do poder, que são: leis, resoluções, portarias, atos normativos, atas, programas, projetos e planejamentos governamentais².

Dessa forma, os documentos legais, mesmo não sendo os únicos meios, são, talvez, a maior demonstração de poder de um governo. A característica básica desse poder é o forte controle do aparato burocrático que é exercido, na maioria das vezes, por meio da fabricação de documentos oficiais que disseminam as regras de autoridade e a obediência, normas de comportamentos, hierarquia organizacional, nomeações de pessoas para cargos e funções estratégicas e suas concepções expressas, principalmente, em seus projetos e programas de governo³.

Dessa forma, para Goffman⁴, os documentos revelam as relações de poder, que se concretizam por meio das alianças, das integrações e dos interesses em comuns, uma vez que as políticas se desenvolvem nas relações econômica, política, cultural e ideológica de uma sociedade. Para o autor, os documentos de uma instituição mostram o poder na sua forma plural de relação de forças, de estratégias de resistências confessadas e/ou dissimuladas.

Partindo do princípio que política é poder e, concernente às diferenças, organiza as diversidades, logo, ela é uma ação plural que situa o indivíduo em sociedade; é, portanto, ação e/ou ausência de ação que transforma a realidade e, uma vez políticas educacionais, de corte social, estas estão relacionadas com o Estado em Ação⁵, são diretrizes, princípios norteadores de ações do Estado, que implicam “[...] regras e procedimentos para as relações

¹ Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos* (São Paulo: Perspectiva, 1974).

² Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*.

³ Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*.

⁴ Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*.

⁵ Evaldo Vieira, “A política e as bases do direito educacional”, *Cadernos Cedes* Vol. 21: Nº 55 (2001): p. 9-29.

entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” e, como tal, precisam ser documentadas, em seguida formuladas em documentos oficiais (leis, resoluções, decretos, planos, projetos, programas, linhas de financiamentos entre outros), configurando-se como políticas sistematizadas, formuladas e apresentadas como ações que envolvem aplicações de recursos públicos⁶.

OS DOCUMENTOS COMO FONTES DE PESQUISA

Os estudos sobre os documentos, como fontes de pesquisa e/ou como forma de revelar a objetividade e na totalidade dos fatos acontecidos em determinado momento histórico, são relevantes porque dão voz aos sujeitos que produziram os acontecimentos, ou que deles participaram. Com base nas informações expressas de conjunto de fontes escritas, reconhecidas como provas de um acontecimento, o pesquisador, após interpretá-las e comunicar à comunidade científica as suas descobertas, que inevitavelmente irão influenciar, mais ou menos, dependendo de cada sujeito e de sua subjetividade.

Assim, como explica Chizzotti⁷, “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem [...]”, ela explica a vida, as decisões econômicas, políticas, sociais e a história dos homens vivos. Por isso as fontes de informações escritas são capazes de demonstrar a vida como ela é, ou já foi, sem implicar altos custos, exigir contato com os sujeitos da pesquisa e, mesmo assim, esta possibilita “[...] uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa”⁸.

Piana⁹ ainda ressalta que a pesquisa documental vem sendo muito usada nas “[...] ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]”, porquanto os documentos mostram uma realidade, uma relação histórica, uma conjuntura, um período, contextualizando o objeto estudado, sinalizando que as análises estarão sob as influências das épocas buscadas.

Os textos dos documentos expressam mais do que simples palavras, pois revelam ação, ideias, opiniões, valores e concepções das políticas educacionais, comprovando os fatos, os acontecimentos e revelando as circunstâncias das atuações humanas, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social. Assim, pode-se observar o processo

⁶ Elenaldo Celso Teixeira, “O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade”, *Revista Políticas Públicas* (2002): p. 2.

⁷ Antônio Chizzotti, *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (São Paulo: Cortez, 1995), p. 11.

⁸ Maria Cristina Piana, *A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional* (São Paulo: Ed. UNESP, 2009), p. 122.

⁹ Maria Cristina Piana, *A construção da pesquisa*, p. 122.

de maturidade, de evolução de uma determinada sociedade¹⁰. Dessa forma, a pesquisa documental como uma metodologia de compreensão e produção de conhecimento científico, pode ser, dependendo do estofamento teórico da habilidade de articulação do pesquisador, uma ferramenta importante para entender as conjunturas em que foram pensadas as políticas educacionais.

Assim, com base nos autores acima citados e forma inicial, pode-se dizer que documentos são registros, produções realizadas pelo homem que podem demonstrar ideias, opiniões, dados, estatísticas, diretrizes, normas, imagens, sentimentos, enfim, tudo aquilo que aponta para um modo de pensar e conhecer, registrando esse momento, o que possibilita conhecer um período histórico e social específico. Uma vez que um documento pode ser entendido em sua etimologia, segundo Silva¹¹, como ato de ensinar e/ou conotação de prova, bastante usado pelo poderes legislativo e judiciário, difundido, segundo Le Goff, “[...] na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*”, enquanto “sentido moderno de testemunho histórico, data apenas do início do século XIX”¹². A ideia do documento no sentido de prova foi apropriada pelos pesquisadores no sentido de testemunhos históricos, ou provas históricas, uma vez que os documentos passaram a ter um *status* científico.

Para esse autor, “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos e os monumentos*¹³, sendo que a ideia do documento como monumento, conforme explica o autor, contrapõe-se ao “[...] postulando que o documento é algo objetivo, neutro, prova que serve para comprovar fatos e acontecimentos numa perspectiva linear [...]”¹⁴, uma vez que o documento pode revelar um “[...] jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço”¹⁵. Por isso, os documentos, como fontes primárias e/ou secundárias, podem ser excelentes provas dos movimentos da sociedade, produzidos pela experiência de sujeitos históricos, registro de decisões governamentais, entrevistas, diários, baseados na ação humana produzidos e transmitidos de geração a geração¹⁶.

¹⁰ Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*

¹¹ Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva, Maria da Conceição Rodrigues Martins, Karine Martins Sobral y Isabel Maria Sabino de Farias, “Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente”, *IX Congresso Nacional de Educacao – EDUCERE (2009)*: p. 4555-4556.

¹² Jacques Le Goff, *História e Memória* (Campinas: Editora da Unicamp, 1996), p. 536.

¹³ Jacques Le Goff, *História e Memória*, p. 535.

¹⁴ Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva, “Pesquisa Documental”, p. 4555.

¹⁵ Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva, “Pesquisa Documental”, p. 4555-4556.

¹⁶ Jacques Le Goff, *História e Memória*.

Logo, de acordo com Andery¹⁷ e Le Goff¹⁸, o registro documental é uma forma de lembrar o passado, utilizando o conhecimento registrado no presente e colaborando para as tomadas de decisão que influenciarão o futuro, o que difere dos animais, pois registramos nossas experiências, porque temos necessidade de comunicá-las às gerações futuras. Esses fatos, devidamente registrados, tornam-se importantes dados de pesquisas para os investigadores entenderem os fatos do passado e fazerem a sua relação com o presente, desde que o investigador tenha a sensibilidade e conhecimento teórico para interpretar os fatos históricos na sua totalidade, enxergar as contradições, as mediações e fazer todas as relações, ou seja, como dizia Marx¹⁹, dissecar o objeto para depois fazer a exposição das descobertas e/ou análises.

COLETA DE DOCUMENTOS

A coleta de documentos, como fontes primárias, está relacionada com fontes originais, as relíquias ou objetos relacionados com algumas situações históricas, podendo ser manuscritas tanto quanto impressas e com os materiais oficiais, tais como: documentos produzidos e/ou recebidos pelo poder público (Órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), ou de entidades de direito privado, datados, assinados, ou ainda, publicados em diários oficiais, que tenham efeitos de ordem jurídica comprovados, ou seja, legislação, relatórios, mensagens projetos, planos e programas de governos, dados estáticos elaborados por agências oficiais, cartas, memorandos, relatórios científicos e técnicos, elementos iconográficos (imagens, fotografias, vídeos, filmes, mapas, sinais e outros), que registram, de forma sistemática e regular, aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais da história de uma sociedade, em um tempo determinado. Além desses atributos que caracterizam que os documentos podem ser usados como fontes primárias, o mais importante está no fato de eles terem sido “[...] produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado [...]”²⁰.

Os documentos como fontes secundárias envolvem elementos e situações diferentes das fontes primárias, especialmente porque envolvem pessoas que não vivenciaram o momento da sua ocorrência, mas que fizeram análises, interpretações elaboradas em outro

¹⁷ Maria Amália Andery, *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica* (São Paulo: EDUC, 1996).

¹⁸ Jacques Le Goff, *História e Memória*.

¹⁹ Karl Marx, *O capital: a crítica da economia política*. Livro I, vol. 1 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994).

²⁰ Arilda Schmidt Godoy, “Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas* Vol. 35: N° 3 (1995): p. 20-29.

tempo e espaço, do fato ocorrido, geralmente, relatadas em “[...] livros texto, periódicos, crônicas, coletâneas, revisões de literatura, e outras obras de consulta”²¹.

Ainda, segundo a mesma autora, o [...] pesquisador que se utiliza somente de fontes secundárias, corre o risco de obter documentos não completamente fidedignos e acurados, de valor limitado[...]; logo, a análise deve ser feita levando em consideração a conjuntura da época, com uma abordagem crítica, reflexiva, assimilando todo o contexto, de modo a elaborar suas conclusões. “Por isso a necessidade de, sempre que possível, coletar dados a partir de fontes primárias. No entanto, quando as fontes primárias forem perdidas, as secundárias mais próximas se tornarão primárias”²².

Por isso, ao iniciar uma pesquisa documental, o investigador precisa ler estudos já publicados, primeiramente, de autores renomados que estudam a temática, pois esses estudos irão indicar outras fontes, bem como outros trabalhos acadêmicos, defendidos por outros pesquisadores e disponibilizados em bancos de teses e dissertações. “Para tanto, duas regras são básicas: a) dispor de um plano de classificação; b) elaborar os tipos pertinentes de fichas e folhas de coleta. Em geral pode ser temática, subtemática e não cronológica”²³. O ideal é que o plano de estudo seja revisado e adequado ao momento da pesquisa. A coleta de documentos exige cuidados do pesquisador, em especial quanto à natureza do estudo, para saber o que irá procurar por meio de uma seleção seletiva, de qualidade, lembrando-se de cuidar do tempo que reservará ao trabalho de coleta. No que se refere à análise de dados, Silva²⁴ explicam que a coleta de material, também exige análises minuciosas. “O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, buscando dar respostas à problemática que motivou a pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimento teórico relevante”, cabendo ao pesquisador uma dedicação quanto à leitura do material de forma compreensiva. Assim, um estudo documental está “[...] sujeito às mesmas interferências, determinações e transformações a que a ciência como um todo está sujeita [...]”, pois também está sujeita à cognição com o “[...] próprio momento em que surge quanto das alterações e interferências que sofre e provoca em diferentes momentos históricos”²⁵.

A pesquisa documental pode ser muito eficiente, frente a sua força de provar e demonstrar os reais acontecimentos de uma época, de uma sociedade, de conceitos, preconceitos, estereótipos, poder, os quais se constituíram dentro de um tempo e espaço histórico; por isso o tratamento de dados, coleta de informações e/ou procedimentos de

²¹ Arilda Schmidt Godoy, “Pesquisa Qualitativa”, p. 581.

²² Arilda Schmidt Godoy, “Pesquisa Qualitativa”, p. 581.

²³ Arilda Schmidt Godoy, “Pesquisa Qualitativa”, p. 581.

²⁴ Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva, “Pesquisa Documental”, p.4559.

²⁵ Maria Amália Andery, *Para compreender a ciência*, p.15.

recuperação de informações sobre um determinado fenômeno, aludem não apenas a pressupostos com relação às percepções de método e de ciência, mas à explicação das concepções de sujeito e objeto, e de entendimento de mundo, subentendidas em todo processo cognitivo (como conceito de mundo, de homem, de sociedade, de história)²⁶, uma vez que os documentos expressaram mais do que simples palavras, pois revelaram os indícios da ação humana. Assim, pode-se dizer que a

[...] fabricação de documentos oficiais que disseminam as regras de autoridade e a obediência, normas de comportamentos, hierarquia organizacional, nomeações de pessoas para cargos e funções estratégicas e as suas concepções de política, comumente estão expressas em seus projetos, propostas e programas de governo²⁷.

Por isso a análise de documentos sempre impõe uma análise mais criteriosa pelo pesquisador, uma vez que esse processo não pode ser fortuito, mas se dar em função de um objeto, objetivos, hipóteses e categorias de análises. Por exemplo, “[...] para uma análise do processo de avaliação de desempenho de uma empresa, o exame dos formulários utilizados pode ser muito útil. Esse documento já não será necessário se quisermos estudar as formas de interação entre os empregados”²⁸. O importante é entender o conteúdo do documento, o sentido e objetivo do texto, fazer a “[...] distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência histórica²⁹. Segundo o autor, essa distinção exerce um papel importante,

[...] sobretudo nos verbos, e, por outro lado, no fato de a língua ser um fenômeno duplamente originado na história coletiva: ela evolui – inclusive na própria expressão das relações de tempo através das épocas – e está estritamente ligada à tomada de consciência da identidade nacional no passado³⁰.

Dessa forma, nos documentos datados, percebe-se, de acordo com seu conteúdo, a predominância de argumentos que defendem valores da época, um viés socioeconômico,

²⁶ Silvio Sanchez Gamboa, “A Dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto”, em *Metodologia da Pesquisa Educacional*, eds. Ivani Fazenda (São Paulo: Cortez, 1994).

²⁷ Nadia Bigarella, “O Movimento Histórico do Pensamento Materialista”, *Revista Enfoque* (2003): p. 16.

²⁸ Arilda Schmidt Godoy, “Pesquisa Qualitativa”, p. 23.

²⁹ Jacques Le Goff, *História e Memória*, p. 203.

³⁰ Jacques Le Goff, *História e Memória*, p. 207.

uma face da justiça social, voltados a um conceito de sociedade, de educação e de forças que operam e/ou que são hegemônicas na construção da realidade criadas por eles, ou contestadas por outros. Por esse motivo, as palavras, os verbos e os argumentos demonstram a tendência teórica do autor, do legislador, ou do autor que interpretou a história. A sua escrita pode ser comparada com uma impressão digital, pois traz características únicas de cada pessoa, seu modo de ver, sentir, ser e viver o mundo. A escrita ou a exposição dos caminhos percorridos e dos resultados de pesquisa é um processo de construção e reconstrução da linguagem (argumentos, referências, comparações e outros). Isso acarreta uma desestruturação do sistema linguístico e, depois, uma reestruturação de novos saberes com os quais o sujeito vai amadurecendo intelectualmente. Dessa forma, a importância de um documento para um pesquisador não se define apenas por seu valor histórico ou objeto, mas também pela sua linguagem.

Outro ponto importante que deve ser observado pelo pesquisador em todas as etapas da análise é o entendimento do momento histórico no qual foi produzido o documento, as circunstâncias sociopolíticas, a conjuntura socioeconômico-cultural. Pela análise desses elementos, o pesquisador se insere na condição de interpretador da história. Dessa forma, pode-se deduzir que documentos como ferramentas investigativas, dependendo da habilidade do pesquisador, conseguem revelar motivos que impeliram uma sociedade, um governo e/ou um sujeito a fazer escolhas e tomar decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos dos autores referenciados neste artigo, pode-se inferir que a pesquisa documental pode ser entendida como um debate entre o pesquisador, os documentos e a realidade histórica na qual estes foram produzidos, o que será mais ou menos intenso, dependendo da fundamentação teórica do pesquisador, do objeto e da habilidade de articulação do pesquisador. Por isso pode ser um procedimento metodológico bastante importante nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, uma vez que dá acesso às fontes históricas escritas, permitindo a construção e/ou reconstrução crítica de fatos econômicos, sociais, políticos, culturais da história de uma sociedade, em um tempo e espaços determinados.

Dessa forma, em vista de os documentos passarem a ter um *status* científico de registros históricos que expressam ideias à vida de homens vivos, o pesquisador deverá ir além do texto escrito e investigar o contexto, a linguagem e os sujeitos que participaram dos fatos e, talvez, como esses sujeitos pretendiam que tais fatos fossem futuramente interpretados. Entretanto é importante ressaltar que, além dos documentos, há outros instrumentos e materiais de pesquisas indispensáveis na constituição do objeto de estudo.

Referencias

- Andery, Maria Amália. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. São Paulo: EDUC, 1996.
- Bigarella, Nadia. “O Movimento Histórico do Pensamento Materialista”. *Revista Enfoque*, lato sensu, 2003.
- Chizzotti, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- Gamboa, Silvio Sanchez. “A Dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto”. En *Metodologia da Pesquisa Educacional*, editado por Ivani Fazenda. São Paulo: Cortez, 1994, p. 93-115.
- Godoy, Arilda Schmidt. “Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais”. *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 35, N° 3, Mai./Jun. 1995.
- Goffman, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- Marx, Karl. *O capital: a crítica da economia política*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- Piana, Maria Cristina. *A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional*. [online]. São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponible en SciELO Books <http://books.scielo.org>.
- Silva, Lidiane Rodrigues Campêlo da, Maria da Conceição Rodrigues Martins, Karine Martins Sobral y Isabel Maria Sabino de Farias. “Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente”. *IX Congresso Nacional de Educacao – EDUCERE*, 2009. Disponible en http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf.
- Teixeira, Elenaldo Celso. “O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade”. *Revista Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas*, AATR-BA, 2002.
- Vieira, Evaldo. “A política e as bases do direito educacional”. *Cadernos Cedes*. Vol. 21, N° 55, 2001.